



Prefeitura de Joinville

ATA SEI



Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM
Lei nº. 5133 de 17 de dezembro de 2004

ATA 20 – REUNIÃO ORDINÁRIA DE MAIO DE 2021.

Aos cinco dias do mês de maio de 2021, das 8h30min às 12h30min, reúnem-se para a realização da reunião ordinária de maio, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, gestão 2019-2021, de forma virtual, via videoconferência agendada, por meio do aplicativo Google Meet, no link: <https://meet.google.com/jzm-otjb-yqy>, devido a proibição de reuniões presenciais decorrentes à pandemia do Covid-19, participam da reunião virtual a Presidente Sra. Simone do Nascimento Silva, a Vice-presidente Sra. Palova Santos Balzer, as conselheiras Sra. Mirele Aparecida Muniz Pereira, Sra. Dyorgia D. da R. B. Pereira, Sra. Mariana S. Barbosa, Sra. Andrea B. L. Guedes, Sra. Patrícia Jacintho, Sra. Vanderlete Pessoa, Sra. Selma Carolina de Oliveira Souza, Sra. Lucieny M. M. Pereira, Sra. Eliane T. B. Rosso, Sra. Vanessa Brusamarello, Sra. Valdete Daufemback, as conselheiras suplentes Sra. Mariana Luíza Faria, Sra. Maria A. B. de Pieri, Sra. Elizabete Aparecida Gazinski, Sra. Ana Mara Cortez da Silva Wagner, Sra. Judith Steinbach, a secretária executiva do CMDM Luciane Piai, os convidados especiais/palestrantes Sra. Deise Gomes da Coordenação dos Direitos da Mulher e Direitos Humanos, Sra. Sylvia de Pol Poniwas, Dr. Naim Andrade Tannus, a Sra. Sibeles Pereira, e os participantes voluntários Sra. Lilian Mara dos Santos - CRAS Comasa, Sra. Gisele Mota do Amaral, Sr. Allan Kardec Camargo Nogueira e a Sra. Patrícia Hermes Araújo. Justificou sua ausência a conselheira Bruna Rodrigues. A presidente Sra. Simone do Nascimento Silva, faz a primeira chamada às 08:30hs, não havendo quórum, aguarda até as 08:45 hs para iniciar a reunião; na sequência cumprimenta as conselheiras e as participantes presentes e inicia a reunião conforme a pauta previamente encaminhada, **primeiro ponto de pauta** – informa que a aprovação da ata da reunião do mês de abril ficará para a próxima reunião extraordinária. A presidente Sra. Simone do Nascimento Silva apresenta o palestrante Dr. Naim Andrade Tannus e passa a palavra ao Procurador do Município para adentrar ao **segundo ponto de pauta** – capacitação sobre a Lei de Criação do CMDM, lei n. 5.133/2004, bem como, para falar sobre a função do conselho, o papel como formulador das políticas públicas, as atribuições e responsabilidades das conselheiras, é dada a palavra ao Dr. Naim que cumprimenta a todas as conselheiras e esclarece que em razão das demandas judiciais, cumprimento de prazos na procuradoria, não poderá realizar sua apresentação na data de hoje. O procurador pede escusas pelo imprevisto e se compromete em realizar a capacitação em próxima reunião do CMDM. Todavia, se coloca a disposição para algum questionamento, e a presidente Sra. Simone aproveita para questionar quanto à possível alteração na legislação, em especial da lei de criação do CMDM, atribuindo ao conselho também a função de ser deliberativo; estabelecendo mais força junto ao Executivo. Dr. Naim coloca que a função do Conselho é mais política do que técnica. E seria mais importante o Conselho fazer com que a lei existente seja cumprida. Destaca que o problema no Brasil não é ausência de leis, mas sim o cumprimento das leis e ele vê a importância do Conselho fazer cumprir as leis que já existem, até porque o Conselho não tem o poder de criar leis. O Conselho pode estabelecer apoio ao Executivo para que os direitos da mulher sejam garantidos. O Conselho pode fiscalizar, mapear problemas, sugerir ações e colocar metas e implementar políticas. A presidente ressalta os instrumentos existentes moção, resolução, recomendação e proposições; mesmo assim é um anseio das conselheiras ver este conselho também com a competência deliberativa. Ante os esclarecimentos a presidente aproveita o momento para fazer o convite para que sua capacitação ocorra em reunião extraordinária; o que foi aceito

pelo procurador. **Terceiro ponto de pauta** – A coordenadora Deise Gomes, da Coordenação da Mulher e Direitos Humanos, apresenta a parte inicial do levantamento que foi realizado ainda na gestão passada de todas as ações que são desenvolvidas nas unidades governamentais e não governamentais no que se refere as ações, atividades, programas para as mulheres; destacando qual a cobertura de proteção para as mulheres existe em Joinville; destacou a Rede de Enfrentamento e a cartilha guia que está sendo elaborada, e apresenta o atual endereço onde fica estabelecida a coordenação dos Direitos da Mulher e Direitos Humanos sendo no CEPAT, a rua Abdon Batista 142 – Centro de Joinville, informando que logo irá compartilhar o material informativo apresentado nesta reunião. Apresentou onde fica o local que a mulher pode buscar em caso de necessidades; ressaltando que utiliza a base de dados do CAD Único para saber qual a cobertura à mulher no município de Joinville. Na sequência a conselheira Dyorgia Bogo apresentou uma planilha do trabalho de sistematização com dados como serviços, profissionais, locais de atendimento, nomes das instituições públicas e privadas ou ONGs de assistência a mulheres e familiares, endereços e horário de atendimento. Informa que enviaram formulários para mais de 72 instituições. A presidente Sra. Simone solicitou que Dyorgia explanasse as funções de cada órgão visto que há um grande tempo disponibilizado para esta apresentação. Assim, a conselheira Dyorgia, retornou ao início da planilha e apresentou os CRAS, vinculados a SAS, seus bairros, informando os grupos existentes voltados ao fortalecimento da mulher, que agora estão inativos por causa da pandemia. Citou o CINE/CEPAT, programas de renda e emprego e renda, programas para mulheres, para jovens aprendizes, programas de reciclagem. Há também em outras categorias, projetos área rural, na área de cultura, esporte e lazer. Também programas de monitoramento e prevenção ao suicídio. Programa de planejamento familiar, prevenção de doenças DST, grupos terapêuticos de transtornos mentais, dependência a álcool e drogas, apoio a aleitamento materno, gravidez de alto risco e apoio à maternidade. A conselheira Dyorgia citou também, entre os órgãos públicos, a defensoria. Menciona a AMUNESC que tem como função fomentar políticas públicas junto aos órgãos do município e região. No privado, mencionou o IELUSC e a proposta do Congresso de Gênero. A Faculdade Anhanguera, que tem um programa de saúde bucal para mulheres em situação vulnerável; a UNIVILLE, a UDESC, a Comunidade Terapêutica Rosa de Saron, a Casa de Passagem Vó Joaquina. A coordenadora Deise Gomes informou que os encaminhamentos para a Casa da Vó Joaquina acontecem através do Centro POP. A conselheira Dyorgia continuou a citar a Associação Beneficente Renascer – para a mulher gestante, localizada no Iriú, o CDH, e o Centro de Articulação do Fórum de Mulheres de Joinville, Mulheres no Cárcere, Escola de Formação, e por último citou o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. A presidente Sra. Simone agradeceu a explanação de Deise e Dyorgia e convidou todas as conselheiras para conhecer os projetos assim que receberem o material que será enviado a todas. A conselheira Judith Steinbach perguntou sobre a situação dos programas e atividades na pandemia e quais serviços estão funcionando. A coordenadora Deise respondeu que os serviços de atendimento individual estão acontecendo, o que mudou foi o formato, que agora está acontecendo via WhatsApp e agendamento. Os serviços com atividades coletivas foram suspensos. Perguntou-se também sobre os programas do CAPs, foi dito que eles estão funcionando somente em atendimento individual. A conselheira Sra. Judith perguntou também quantas mulheres atendem no programa da PM – Ronda Catarina e porque os atendimentos são feitos por homens. Dyorgia esclareceu que os atendimentos acontecem em dupla, um homem e uma mulher. Dra Lucieny esclareceu que a obrigatoriedade de ser uma mulher para atendimento, acontece quando a mulher já está com a medida protetiva. A presença do homem se faz necessária como suporte e força física. A presidente Sra. Simone agradece a coordenadora Deise e a conselheira Dyorgia por toda explanação. **Quarto ponto de pauta** – Capacitação – Protocolo Aconchegar – A Coordenadora Sylvia do CREAS 2, inicia informando que o Protocolo Aconchegar foi instituído no ano de 2006, com o Decreto 12.959, que buscaram modificar o protocolo conforme as necessidades nos anos de 2009, 2017 e 2019. Destaca que o principal objetivo da comissão é de revisar sempre o referido protocolo; para garantir que o protocolo abranja todas as políticas necessárias. Participantes deste protocolo: SAS, SED, SEPROT, Saúde, Conselho Tutelar, Hospital Infantil, Hospital Regional, Hospital Bethesda, Hospital São José, Maternidade Darci Vargas, IML, Coordenadoria Regional do 18 BI, 17 BI. Destaca que a Comissão Aconchegar não possui os dados de forma integrada, mas apresenta em separado diversos gráficos. Destaca entre outros casos de violência sexual, atendidos nos CREAS, sendo no ano de 2016 foram 177 casos, no ano de 2017 foram 264 casos, no ano de 2018 foram 212 casos. É dado a palavra a servidora Sibebe para continuar discorrendo sobre o protocolo aconchegar, a servidora informa que casos agudos de violência sexual são aqueles em que aconteceram no máximo em até 72 horas, que é possível aplicar os devidos procedimentos para evitar a gravidez. E os casos crônicos são aqueles em que a violência aconteceu há mais de 72 horas, medicamento em sigilo, acolher a mulher com ética e sigilo, evitando julgamento e emoções. Não se deve expressar indignação ou censura. A servidora Sibebe destaca que o acolhimento não se trata de escuta especializada. A pessoa tem o direito/ pode se negar a tomar a profilaxia, desde que assine um termo. Violências até 72 horas profilaxia e exame no IML

para a responsabilização penal. Quando a violência sexual atinge a criança o mais importante é a família realizar o boletim de ocorrência - BO. A servidora Sibeles destaca que no caso da família não realizar a unidade que atendeu a demanda deverá proceder ao boletim de ocorrência junto a delegacia; e deverá ser notificado o Conselho Tutelar. Informa que o atendimento do caso crônico é feito nas UBS's com acompanhamento nos CREAS. É feito o envio de comunicação a DPCAMI nos casos de suspeita de violência sexual. Destaca que a enfermeira atende, acolhe e preenche o SINAM - Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Destaca que a interrupção de gestação acontece na Maternidade Darci Vargas. A presidente Sra. Simone fala sobre uma ação conjunta, que o CMDM poderá preparar uma Moção ou uma Recomendação, no sentido de ver implantado um sistema e um banco de dados para apurar todos os casos de violência sexual ocorridos em Joinville, e analisar a partir do sistema medidas para coibir tal violência; bem como, uma outra Moção ou Recomendação para tornar essa ficha do SINAN intersetorial, por exemplo podendo ser preenchidas pelos CREAS/SAS. A secretária executiva Luciane Piai pergunta onde mais acontece a revelação desses casos de violência sexual? A servidora Sibeles informa que não importa o local, o importante é fazer o devido encaminhamento conforme o caso. Especialmente até 72 horas para o hospital e atender o mais breve possível. A conselheira Lilian Mara pergunta como se deu a publicização deste protocolo? A servidora Sibeles e a coordenadora Sylvia informam que houve um seminário para a divulgação. Espera-se capacitar esse ano de 2021, mesmo durante a pandemia, especialmente os técnicos da área da saúde. A presidente Sra. Simone agradece a coordenadora Sylvia de Pol Poniwas e a servidora Sibeles pelo compartilhamento do Fluxo da Comissão Aconchegar, por esse tão relevante serviço prestado. As conselheiras da saúde se colocam a disposição para auxiliar na divulgação junto a Secretaria de Saúde, e em especial para marcar a capacitação naquela unidade. **Quinto ponto de pauta** – Campanhas do mês de maio; dias 18 de maio – Dia Nacional do Combate ao Abuso e à exploração Sexual Infantil, uma ação mais adstrita ao CMDCA; e dia 28 de maio – Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher, possibilidade de campanha juntos clínicas ginecológicas e as UBS, para divulgação do CMDM. **Sexto ponto de pauta** – Planejamento Estratégico – necessidade de reunião da comissão de legislação. Agendamento de reunião para a próxima semana. **Sétimo ponto de pauta** – Alteração da Lei de Criação do CMDM – necessidade de reunião da comissão de legislação. **Oitavo ponto de pauta** – Modelo de formulário para receber e despachar denúncias que chegam para o CMDM, não houve tempo hábil para as tratativas. Adentrando **aos informativos**, a presidente Sra. Simone do Nascimento Silva informa rapidamente sobre o Pedido de Informação da Vereadora Ana Lúcia quanto as campanhas que o CMDM realizou; alteração do decreto de nomeação das novas conselheiras tramitando no SEI; convite que a presidente do CMDM recebeu para participar da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos sobre o projeto de lei que autoriza o desembarque de usuários fora dos pontos previamente determinados. Devido ao adiantado da hora, a presidente Simone do Nascimento Silva, deu por encerrada a reunião virtual, lavra a presente ata, com contribuições da voluntária Patrícia Araújo, que será submetida à aprovação do Conselho, para posteriormente ser publicada no SEI – Sistema Eletrônico de Informação da Prefeitura com a assinatura eletrônica da Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e com a lista de presença anexa.



Documento assinado eletronicamente por **Simone do Nascimento Silva, Usuário Externo**, em 09/06/2021, às 13:32, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **9454501** e o código CRC **32E3A029**.

Rua Presidente Afonso Penna, 840 - Bairro Bucarein - CEP 89 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

21.0.125604-0

9454501v4

9454501v4

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - Conselheiras e Contatos – 2019 / 2021
Lista de Presença – Reunião Ordinária 05/05/2021– às 8h30min- Vídeoconferência – aplicativo Meet

	Nome	Segmento	Assinatura
G O V E R N A M E N T A L	T. Mirele Aparecida Muniz Pereira	Secretaria de Assistência Social	Presença virtual
	S. Simone do Nascimento Silva		Presença virtual
	T. Dyorgia Danielly da Rosa Bogo Pereira	Secretaria de Assistência Social	Presença virtual
	S. Cláudia Dorneles Carvalho		Ausente
	T. Mariane Selhorts Barbosa	Secretaria de Saúde	Presença virtual
	S. Mariana Luiza Faria		Presença virtual
	T. Andrea Betina Liebl Guedes	Secretaria de Educação	Presença virtual
	S. Ilcirene Dias		Ausente
	T. Bruna Rodrigues	Secretaria de Habitação	Ausência Justificada
	S. Luciana Sabina Ormianin Felipe dos Anjos		Ausente
	T. Patrícia Jacintho	Secretaria de Cultura e Turismo	Presença virtual
	S. Mariá A. Bardini de Pieri		Presença virtual
	T. Vanderlete Pessoa	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Presença virtual
	S. Maria de Fátima Schlickmann		Ausente
	T. Selma Carolina de Oliveira Souza	Delegacia de Proteção a Cça. Adol., Mulher e Idoso	Presença virtual
S. Solange Marcelli Hartmann	Ausente		
N Ã O G O V E R N A M E N T A L	T. Lucieny Magalhães Machado Pereira Associação Catarinense de Ensino	Entid. de Assist. Social que Prestam Atendimento à Mulher	Presença virtual
	S. Maria Angela Noll Associação Catarinense de Ensino		Ausente
	T. Eliane Teixeira Borges Rosso Universidade Católica Joinville		Presença virtual
	S. Universidade Católica de Joinville		_____
	T. Vanessa Brusamarello – Faculdade Anhanguera	Entidades de Atenção Integral à Saúde da Mulher	Presença virtual
	S. Elizabete Aparecida Gazinski - Faculdade Anhanguera		Presença virtual
	T. Palova Santos Balzer Universidade da Região de Joinville	Núcleos de Estudo de Gênero das Universidades	Presença virtual
	S. Maria Inês Siqueira Araujo Universidade da Região de Joinville		Ausente
	T - Silvia Maria Coleraus – ACIJ	Associação de Classe	Ausente
	S – Daniela Cristina Martins Henschel – ACIJ		Ausente
	T. Thais Amaro Casa Vó Joaquina	Ass. de Mulheres de Etnias e Raças	Ausente
	S. Denísia Martins Borba Casa Vó Joaquina		Ausente
	T.Lara Cristina Tavares Fonseca Ordem dos Advogados do Brasil	Instit. de Atendim. à Mulher Vítima de Violência	Ausente
	S. Ana Mara Cortez da Silva Wagner Ordem dos Advogados do Brasil		Presença virtual
	T. Valdete Daufemback Centro dos Direitos Humanos	Entidades de Defesa Direitos da Mulher	Presença virtual
S. Judith Steinbach Centro dos Direitos Humanos	Presença virtual		
Luciane Piai	Casa dos Conselhos Secretaria Executiva	Presença virtual	



**Lista de Conselheiras representantes da Região de Joinville no
Conselho Estadual dos Direitos da Mulher/SC**

NOME	ENTIDADE QUE REPRESENTA	Assinatura
T. Júlia Melim Borges Eleutério	Instituto Movimento Jovem de Araquari	Ausente
S. Ana Maria Vavassori	Instituto Movimento Jovem de Araquari	Ausente

Lista de Participantes do CMDM

NOME	ENTIDADE QUE REPRESENTA	Assinatur
Deise Gomes	Coordenadora de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos	Presença virtual
Patrícia K. Hermes de Araújo	Fórum de Mulheres de Joinville	Presença virtual
Sylvia de Pol Poniwas	Coordenadora do CREAS 2	Presença virtual
Dr. Naim Andrade Tannus	Procurador do Município	Presença virtual
Lilian Mara Santos	CRAS Comasa	Presença virtual
Gisele Mota do Amaral	Ex-conselheira da Mulher de SP	Presença virtual
Allan Kardec Camargo Nogueira	Assessor do Deputado Federal Rodrigo Coelho	Presença virtual
Sibele Pereira	Secretaria de Saúde	Presença virtual